

PERCEPÇÃO DE CONTADORES SOBRE O ALINHAMENTO ENTRE A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA, O INGRESSO E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO SERVIÇO PÚBLICO

ACCOUNTANTS' PERCEPTIONS ON THE ALIGNMENT BETWEEN UNIVERSITY EDUCATION, ENTRY, AND PROFESSIONAL PRACTICE IN PUBLIC SERVICE

DANIEL ELIAS BECKER¹

Universidade do Sul de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Administração, Instituto Ânima, Florianópolis, SC, Brasil

● <https://orcid.org/0000-0002-6375-8957>
danieleliasbecker@gmail.com

SANDRO VIEIRA SOARES

Universidade do Sul de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Administração, Instituto Ânima, Florianópolis, SC, Brasil

● <https://orcid.org/0000-0001-7076-4936>
drsandrovs@gmail.com

CLARISSA CARNEIRO MUSSI

Universidade do Sul de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Administração, Instituto Ânima, Florianópolis, SC, Brasil

● <https://orcid.org/0000-0003-0367-4345>
clarissa.mussi@ulife.com.br

FABIANO MAURY RAUPP

Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Departamento de Administração Empresarial, Florianópolis, SC, Brasil

● <https://orcid.org/0000-0001-9533-2574>
fabianoraupp@hotmail.com

SIMONE SEHNEM

Universidade do Sul de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Administração, Instituto Ânima, Florianópolis, SC, Brasil

● <https://orcid.org/0000-0002-2416-4881>
simone.sehnem@ulife.com.br

RESUMO

Este artigo objetivou analisar a relação entre a formação universitária, o processo de seleção de ingresso no serviço público e a atuação profissional de contadores. Utilizando a abordagem qualitativa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 17 contadores que trabalham no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Estas entrevistas, que incluíram 21 perguntas divididas em três eixos (formação universitária, processo de seleção e prática profissional), foram transcritas e analisadas através da técnica de análise de conteúdo. Observou-se que a formação acadêmica dos contadores foi generalista e com pouca ênfase em conteúdos específicos da contabilidade, além de oferecer limitadas disciplinas práticas. A maioria dos entrevistados iniciou sua vida profissional na iniciativa privada e migrou posteriormente para o setor público, atraídos principalmente pela estabilidade e após vivenciarem uma série de dificuldades na carreira, como a falta de valorização e a pressão excessiva por resultados. Quanto ao processo de seleção, foi unânime a necessidade de complementar a educação formal, especialmente em contabilidade pública. Ao atuarem no IFSC, os contadores indicaram um alinhamento fraco ou inexistente entre o que aprenderam na graduação e suas tarefas diárias, além de uma correspondência apenas parcial entre o conhecimento

Editado em português e inglês. Versão original em português.

Versão do Artigo apresentada no 21º Congresso Brasileiro de Contabilidade, em Balneário Camboriú, SC, de 8 a 11 de setembro de 2024.

¹Endereço para correspondência: Rua Antônio Dib Mussi, 366, Centro | 88015-110 | Florianópolis/SC | Brasil.

Recebido em 27/09/2024. Revisado em 14/01/2025. Aceito em 25/02/2025 pelo Prof. Dr. Rogério João Lunkes (Editor-Chefe). Publicado em 25/03/2025.

Copyright © 2025 RCCC. Todos os direitos reservados. É permitida a citação de parte de artigos sem autorização prévia, desde que identificada a fonte.

exigido no concurso público e as atividades realizadas. A pesquisa busca contribuir para o aperfeiçoamento dos currículos de contabilidade ao alinhar o perfil profissional e os conhecimentos exigidos no setor público, além de indicar a necessidade de adequar as exigências dos concursos à prática administrativa, com o objetivo de aprimorar a preparação e a posterior atuação dos profissionais.

Palavras-chave: Bacharelado em Ciências Contábeis. Concurso Público. Atividade Profissional. Contabilidade Pública. Serviço Público.

ABSTRACT

This article aimed to analyze the relationship between university education, the selection process for entering public service, and the professional practice of accountants. Using a qualitative approach, semi-structured interviews were conducted with 17 accountants working at the Federal Institute of Santa Catarina (IFSC). These interviews, which included 21 questions divided into three areas (university education, selection process, and professional practice), were transcribed and analyzed using content analysis techniques. It was observed that the accountants' academic training was generalist and placed little emphasis on accounting-specific content, in addition to offering a limited number of practical courses. The majority of interviewees began their professional careers in the private sector and later migrated to the public sector, attracted mainly by job stability and after experiencing a series of career challenges, such as a lack of recognition and excessive pressure for results. Regarding the selection process, there was unanimous agreement on the need to complement formal education, especially in public accounting. While working at IFSC, the accountants reported a weak or non-existent alignment between what they learned during their undergraduate studies and their daily tasks, as well as only a partial correspondence between the knowledge required in the public service exam and the activities performed. The research seeks to contribute to the improvement of accounting curricula by aligning the professional profile with the knowledge required in the public sector, and by indicating the need to adjust the requirements of public exams to administrative practice, with the aim of enhancing the preparation and subsequent performance of professionals.

Keywords: Bachelor's in Accounting. Public Service Exam. Professional Practice. Public Accounting. Public Service.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade pública enfrenta transformações significativas em resposta à crescente demanda por controle e transparência na gestão dos recursos públicos (Secretaria do Tesouro Nacional [STN], 2021). Nesse contexto, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) estabelecem normas e orientações aplicáveis ao setor público, como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), que norteiam a atuação dos profissionais da área (Marques et al., 2020).

Apesar desses avanços normativos, a aplicação prática enfrenta desafios. Entre os principais entraves estão a insuficiência de investimentos em capacitação, resistência cultural, falta de independência funcional, estruturas organizacionais deficientes, além de salários desproporcionais às responsabilidades assumidas pelos contadores no setor público (Marques et al., 2020). Tais dificuldades comprometem o desempenho profissional e revelam lacunas que vão além do ambiente organizacional, estendendo-se à formação acadêmica.

Estudos apontam uma desconexão entre o perfil ideal de formação acadêmica proposto pelas Instituições de Ensino Superior (IES) e as demandas do mercado de trabalho, especialmente no setor público (Cardoso et al., 2010; Marin et al., 2014; Oro et al., 2013; Laffin, 2015; Slomski et al., 2016). Embora as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) permitam flexibilidade na definição dos currículos, essa liberdade frequentemente resulta em programas com foco generalista e uma abordagem limitada de temas específicos da contabilidade pública (Rezende et al., 2017; Soares et al., 2012). Essa lacuna na formação pode impactar não apenas o desempenho dos profissionais, mas também sua competitividade em processos seletivos, como os concursos públicos (Capacchi et al., 2007).

Diante dessas questões, este estudo busca responder: **como se relacionam a formação universitária, o processo de seleção para ingresso no serviço público e a atuação profissional de contadores em uma instituição federal de ensino?** Para isso, objetivou-se analisar essas dimensões de forma integrada, bem como descrever a percepção dos contadores sobre o alinhamento entre elas. Para atingir este objetivo, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, envolvendo entrevistas semiestruturadas com 17 contadores do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), análise documental e revisão bibliográfica. As entrevistas foram analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo, proposto por Bardin (2016).

As análises disponíveis na literatura discutem principalmente: a formação do contador (Andrade et al., 2019; Lay et al., 2016; Madeira, 1996; Rezende et al., 2017; Silva et al., 2017; Silva & Quillici Neto, 2018; Soares et al., 2011; Soares et al., 2012); o processo de seleção para ingresso no serviço público (Freire et al., 2012; Lara & Pereira, 2018; Nóbrega et al., 2011; Santana Junior et al., 2008); e a atuação no serviço público (Carneiro & Silva Neto, 2015; Heissler et al., 2018; Marques et al., 2020; Morás & Klann, 2018; Slomski et al., 2021; Xavier & Silva, 2017) de forma isolada. Também são encontradas pesquisas que tratam da formação do contador em conjunto com a atuação no serviço público (Carrozzo et al., 2020; Oliveira & Teixeira, 2021; Santana et al., 2021) e da formação do contador com o processo de seleção (Galvão et al., 2020). Contudo, pesquisas que conectem essas dimensões de forma integrada, como um processo, não foram encontradas na literatura, evidenciando uma lacuna que este estudo pretende preencher.

O trabalho reveste-se de relevância ao analisar a contratação de servidores públicos, sua formação técnica e o alinhamento com as necessidades institucionais, contribuindo para a eficiência da Administração Pública. Tal eficiência, prevista no artigo 37 da Constituição Federal, pressupõe o melhor desempenho funcional possível e a organização eficaz da Administração Pública para atingir bons resultados na prestação de serviços (Di Pietro, 2022). Adicionalmente, a pesquisa propõe sugestões para o aperfeiçoamento curricular em contabilidade, alinhando a formação às exigências do mercado e às particularidades do setor público.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA PROFISSÃO DO CONTADOR

A formação, o ingresso e a atuação do contador no setor público são relevantes para compreender a evolução e os desafios enfrentados pela profissão no Brasil. Desde a implementação de marcos regulatórios, como o Decreto-Lei n.º 7.988 (1945) até a modernização das práticas contábeis em conformidade com padrões internacionais, a trajetória do contador reflete um esforço contínuo de adaptação às exigências do mercado e às demandas do setor público.

2.1 Formação do Contador

Para realizar qualquer inferência sobre a formação do contador, em particular ao contador público, recomenda-se conhecer sua origem e compreender os passos da história que foram determinantes para que as práticas contábeis tenham chegado à forma como ocorrem atualmente (Heissler et al., 2018).

O desenvolvimento da formação do contador no Brasil remonta a 1945, com a promulgação do Decreto-Lei n.º 7.988 (1945), que instituiu o curso unificado de Ciências Contábeis e Atuariais. Este modelo evoluiu até a década de 1990, com a Resolução CFE n.º 3/1992, que introduziu uma formação dividida em três categorias: geral, profissional e complementar (Resolução n.º 3, 1992). Esse arcabouço curricular inicial apresentava uma abordagem eminentemente técnica, com pouca ênfase em competências gerenciais e práticas ampliadas (Laffin, 2001).

Essa abordagem técnica foi revista em 1962 com o Parecer CFE n.º 397 (1962), que introduziu uma estrutura curricular dividida em ciclos básicos e de formação profissional, enfatizando a flexibilização dos currículos (Silva & Quillici Neto, 2018). Em 1992, a Resolução CFE n.º 3 consolidou um modelo baseado em três categorias de conhecimento: formação geral, profissional e complementar, distribuídas com percentuais definidos para garantir um equilíbrio entre teoria e prática (Resolução n.º 3, 1992; Madeira, 1996).

A partir de 2004, as DCNs reforçaram a necessidade de integração entre formação básica, profissional e teórico-prática, com foco em áreas essenciais, como Teorias da Contabilidade e práticas aplicadas ao setor público (Resolução CNE/CES n.º 10, 2004). Essa perspectiva foi aprofundada pela Matriz Curricular de 2017, que priorizou a formação teórico-prática e ampliou a carga horária da Contabilidade Aplicada ao Setor Público para 120 horas, refletindo a crescente importância desse eixo no mercado (Carneiro et al., 2017).

Em 2008, com objetivo de auxiliar na padronização nacional de conteúdo, ementa e bibliografia nos mais de 900 cursos superiores de Contabilidade, o CFC, em parceria com a Fundação Brasileira de Contabilidade, publicou a primeira edição da Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis. A proposta trazia o ementário de cada disciplina, o conteúdo programático, a bibliografia básica, a carga horária e os objetivos gerais das disciplinas (Carneiro et al., 2008). Essa proposta foi atualizada em 2009, com o lançamento da sua segunda edição. Finalmente, em 2017, a proposta foi novamente modernizada com a publicação da Matriz Curricular para os Cursos de Ciências Contábeis (Carneiro et al., 2017).

As três propostas organizam as disciplinas do Curso de Contabilidade em três eixos temáticos, totalizando 3 mil horas, e são aplicáveis nas modalidades de educação presencial e a distância, mantendo a possibilidade de flexibilização dos currículos. Diante das atualizações, as horas-aula para os conteúdos de formação básica, profissional e teórico-prática foram alteradas, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1

Conteúdos de Formação para Contabilidade

Conteúdo	Horas-aula		
	Proposta 2008	Proposta 2009	Proposta 2017
Formação Básica	990	900	900
Formação Profissional	1590	1680	1620
Formação Teórico-Prática	420	420	480
Total:	3.000	3.000	3.000

Fonte: Adaptada de Carneiro et al. (2008; 2009; 2017).

Pesquisadores têm se dedicado a analisar o impacto das propostas curriculares no ensino de Contabilidade. Essas propostas são flexíveis, permitindo que cada Instituição de Ensino Superior (IES) defina tanto as disciplinas a serem ministradas quanto a carga horária de cada conteúdo (Rezende et al., 2017), além de escolher a modalidade de ensino, seja presencial ou a distância (Lima Filho & Jesus, 2013).

Com relação à liberdade de abordagem, Capacchi et al. (2007) e Soares et al. (2012) investigaram a estrutura curricular dos cursos de Contabilidade em universidades brasileiras e observaram que os currículos, de maneira geral, priorizam uma formação generalista, contemplando um

número reduzido de temas específicos da área contábil. Esse direcionamento pode impactar o desempenho dos discentes, especialmente em exames profissionais e processos seletivos, como os concursos públicos. Nesse sentido, há uma compreensão quanto ao descompasso da prática contábil acadêmica com a prática contábil mercadológica, bem como um entendimento de que o currículo de Contabilidade precisa passar por uma atualização de conteúdos (Santana et al., 2021).

2.2 Ingresso no Setor Público

No Brasil, observa-se a intenção frequente de os recém-formados atuarem no setor público (Pavione et al., 2016; Silva et al., 2012), atraídos, principalmente, pela empregabilidade (Peleias et al., 2017), pelos salários iniciais superiores aos do setor privado, pela percepção de maior estabilidade e pela progressão assegurada na carreira (Santos et al., 2015).

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o concurso público como o principal mecanismo de acesso aos cargos públicos, assegurando igualdade de oportunidades, impessoalidade e meritocracia (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988). Assim, a adoção do concurso público contribui não apenas para a mobilidade social, mas também para a eficácia governamental e o controle da corrupção, especialmente em países em desenvolvimento (Gomide et al., 2021).

Contudo, o processo seletivo para o ingresso no serviço público enfrenta desafios estruturais que comprometem sua eficácia. A desconexão entre os conteúdos cobrados nas provas e as competências necessárias para o exercício dos cargos é um dos problemas recorrentes (Araujo et al., 2020). Grande parte dos concursos públicos foca na avaliação de conhecimentos formais, sem uma análise aprofundada das competências práticas dos candidatos (Coelho & Menon, 2018).

O planejamento inadequado na elaboração de editais, a falta de estratégia para definir competências essenciais e a avaliação superficial dos candidatos durante o estágio probatório reforçam as limitações do atual modelo de recrutamento (Schikmann, 2010; Moraes & Coelho, 2018). Essa realidade exige a modernização dos processos seletivos, com foco na identificação de competências práticas e no alinhamento entre as funções e as atribuições dos cargos.

Apesar da importância do tema, há uma lacuna significativa de pesquisas sobre os concursos públicos, esse déficit se deve, em grande parte, à prevalência de uma lógica jurídico-legal nos processos de seleção, que prioriza aspectos normativos em detrimento de abordagens gerenciais (Coelho & Menon, 2018). Ademais, enquanto outros setores da administração pública avançaram em iniciativas de modernização, como a implementação de governo eletrônico e melhorias em licitações, os processos de seleção e recrutamento no setor público permanecem defasados (Coelho & Menon, 2018).

2.3 Marcos Históricos da Atuação do Contador no Setor Público

O recorte temporal desta pesquisa inicia-se em 1964, com a promulgação da Lei Complementar n.º 4.320 (1964), base legal da contabilidade pública, que estatuiu normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Essa lei veio trazer estímulos ao controle orçamentário por meio do equilíbrio entre receitas e despesas, controle do patrimônio público, demonstrativos contábeis nacionalmente padronizados e planejamento no que se refere aos compromissos financeiros assumidos (Xavier & Silva, 2017). A referida lei, em seu artigo 85, define que os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

A Lei n.º 6.404/76 marca o início da influência da Escola Norte-Americana, em detrimento da Escola Italiana, no ensino de contabilidade no Brasil (Sayed et al., 2017). A escola italiana pode ser definida como tecnicista e prática, com ênfase nas partidas dobradas, e no “ensinar a fazer”,

que caracterizou a gênese do ensino contábil no Brasil. A adoção da metodologia americana, com sua tendência reprodutivista, procura compreender o “por que fazer”, e tende a criar uma postura crítica por parte do profissional da contabilidade que, a partir de então, deveria ser capaz de realizar análises e interpretações para a tomada de decisões empresariais (Silva & Quillici Neto, 2018).

Em 1981, foram criadas as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução n.º 529, de 1981, que serviram de orientação técnica ao exercício profissional. Essas normas, com objetivo de promover o desenvolvimento conceitual da contabilidade aplicada ao setor público no Brasil, estimular a convergência às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao Setor Público (IPSAS) e fortalecer institucionalmente a contabilidade aplicada ao Setor Público, são periodicamente publicadas por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Outro marco foi a promulgação da Lei Complementar n.º 101/2000, que reforçou a responsabilidade fiscal, abrangendo todos os poderes e níveis de governo. A partir de 2009, o MCASP, publicado pela STN, consolidou normas e procedimentos essenciais para a gestão pública, promovendo maior transparência e uniformização das informações financeiras (Marques et al., 2020).

Apesar desses avanços, desafios persistem na atuação do contador público. No contexto das mudanças trazidas pelas NBC, os contadores se deparam com um conjunto de necessidades, como carência de profissionais especializados na área, necessidade constante de capacitação e qualificação dos contadores públicos, sistemas inadequados para atender às novas exigências contábeis, indisponibilidade de informações por parte de órgãos reguladores (Amaral et al., 2013; Costa et al., 2016).

Novos desafios, como o teletrabalho, trouxeram benefícios a quem executa essa função, como horários flexíveis, baixas intenções de rotatividade, melhoria da produtividade, aumento da satisfação no trabalho, diminuição do estresse, melhora no equilíbrio entre vida profissional e pessoal, redução de custos. No entanto, é possível observar, também, efeitos negativos, como a dificuldade em gerenciar horários de início e de término do trabalho, conflitos entre trabalho e família, isolamento, menos oportunidades de treinamentos, visibilidade reduzida, dificuldade no desenvolvimento de carreira, infraestrutura (Ribeiro et al., 2021; Hau & Todescat, 2018; Filardi et al., 2020).

Por fim, a atuação do contador no setor público exige competências técnicas, analíticas e multidisciplinares. Além de dominar a contabilidade, o profissional deve integrar conhecimentos de Administração, Direito e Economia para promover uma gestão eficiente e transparente, agregando valor às organizações públicas e alinhando-se aos princípios da governança moderna (Santana Junior et al., 2008). Esta integração das competências técnicas com habilidades gerenciais é apontada como fundamental para o desempenho eficaz do contador público, especialmente em contextos de maior complexidade normativa (Carneiro & Silva Neto, 2015). Nesse sentido, a educação continuada é vista como ferramenta indispensável para o desenvolvimento profissional, permitindo ao contador acompanhar as frequentes mudanças legislativas e normativas (Phillipson & Renshaw, 2013).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada com contadores que atuam no IFSC, órgão cujo pesquisador também mantém vínculo profissional no cargo de contador, o que proporcionou acesso facilitado à coleta de dados. O IFSC constitui-se como autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Dos 28 contadores que exercem suas funções no IFSC, 17 participaram desta pesquisa. Esses profissionais foram entrevistados a distância, via *Google Meet*, e estão caracterizados na Tabela 2, na qual são detalhados o edital, ano de ingresso, data e duração das entrevistas.

Tabela 2

Caracterização dos entrevistados

Contadores	Concurso Público	Ano de Ingresso no Cargo	Entrevistas (data, duração)
Entrevistado 1	Edital 32/2015 – IFSC	2016	03/10/2022, 18 min 08 s
Entrevistado 2	Edital 02/2013 – IFSC	2013	03/10/2022, 25 min 37 s
Entrevistado 3	Edital 259/2013 – IFC	2014	17/10/2022, 31 min 18 s
Entrevistado 4	Edital 32/2015 – IFSC	2016	17/10/2022, 28 min 42 s
Entrevistado 5	Edital 02/2013 – IFSC	2013	17/10/2022, 28 min 19 s
Entrevistado 6	Edital 06/2010 – IFSC	2012	19/10/2022, 21 min 34 s
Entrevistado 7	Edital 02/2013 – IFSC	2014	20/10/2022, 17 min 14 s
Entrevistado 8	UF – Fronteira Sul	2010	20/10/2022, 20 min 49 s
Entrevistado 9	Edital 02/2013 – IFSC	2013	20/10/2022, 26 min 31 s
Entrevistado 10	Edital 259/2013 – IFC	2014	21/10/2022, 17 min 17 s
Entrevistado 11	Edital 02/2013 – IFSC	2013	25/10/2022, 27 min 01 s
Entrevistado 12	Edital 11/2008 – IFSC	2008	01/11/2022, 24 min 54 s
Entrevistado 13	Edital 02/2013 – IFSC	2014	01/11/2022, 18 min 27 s
Entrevistado 14	Edital 02/2013 – IFSC	2013	01/11/2022, 17 min 54 s
Entrevistado 15	UF – Fronteira Sul	2010	01/11/2022, 16 min 10 s
Entrevistado 16	Edital 02/2013 – IFSC	2014	03/11/2022, 15 min 59 s
Entrevistado 17	Edital 02/2013 – IFSC	2014	03/11/2022, 46 min 00 s

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Os entrevistados iniciaram suas atividades profissionais no IFSC entre 2008 e 2016, acumulando entre 6 e 14 anos de experiência. Suas idades variaram de 34 a 54 anos, com média de 40,1 anos, enquanto a mediana e a moda foram de 39 anos. O ano de formação dos entrevistados foi entre 1990 e 2013, não havendo contadores graduados a partir de 2014 entre os entrevistados. Essa ausência pode ser explicada pela ausência de concursos públicos recentes, pois os últimos editais para a seleção de contadores no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) foram publicados em 2006, 2008, 2010, 2013 e 2015. Trata-se, portanto, de contadores com tempo de formação igual ou superior a dez anos. Outros detalhes quanto à caracterização dos entrevistados não são possíveis devido à possibilidade de violação da garantia do anonimato dada aos entrevistados.

O número de participantes nas entrevistas foi definido seguindo o critério de saturação, onde se conhece a amostra final somente quando as unidades que vão sendo adicionadas não fornecem informação ou dados novos (Sampieri et al., 2013).

Para a construção do roteiro de entrevistas semiestruturadas, foram utilizadas perguntas que surgiram da bibliografia revisada e algumas formuladas pelo autor. As fontes para formulação de questões de pesquisa estão diretamente relacionadas ao estágio de conhecimento sobre o campo de estudo do assunto e do tema que estão sendo pesquisados, e surgem fundamentalmente de três fontes: intuição, analogia com estudos assemelhados, e teoria (Martins & Theóphilo, 2016). Assim, o roteiro de entrevistas totalizou 21 questões, expostas no Apêndice.

Com objetivo de aprimorar o instrumento de coleta de dados e de aumentar sua confiabilidade e validade, o roteiro de entrevistas foi submetido ao pré-teste, escolhendo-se uma amostra com dois entrevistados. A aplicação do pré-teste possibilitou a inclusão de dois novos questionamentos: “Pretende voltar a fazer novos concursos?” e “Olhando a tua carreira, qual o conselho que você daria antes de fazer contabilidade e concurso público?”, o que contribuiu para o aprofundamento dos resultados.

A participação foi voluntária, e os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizando o uso do conteúdo da entrevista, com a garantia do anonimato. O princípio do consentimento totalmente informado estabelece que os participantes devem estar plenamente cientes do objetivo da pesquisa, do que ocorrerá durante sua participação e do destino dos dados fornecidos após a conclusão da pesquisa (Gibbs, 2009).

A análise qualitativa dos dados foi realizada conforme o método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2016), compreendendo: a organização da análise para tornar operacionais e

sistematizar as ideias iniciais; a codificação das entrevistas com a finalidade de atingir uma representação do conteúdo passível de análise; a categorização e a inferência sobre os resultados obtidos, cujos dados brutos tornam-se significativos e válidos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As categorias de análise emergiram da questão de pesquisa, que investiga a relação entre a formação universitária, o processo seletivo para o serviço público e a atuação profissional de contadores, que buscou explorar essas três dimensões de forma integrada. Para isso, foram definidas três dimensões de análise interconectadas: formação universitária, para entender como os cursos de graduação preparam os contadores para o mercado de trabalho, avaliando o tipo de currículo, o equilíbrio entre teoria e prática, e o ensino de contabilidade pública; processo de seleção, para analisar os conhecimentos demandados nos concursos públicos e as percepções dos contadores sobre a adequação desses processos; e atuação profissional, para compreender o alinhamento entre o que é aprendido na graduação e o que é praticado no dia a dia da profissão

O roteiro de entrevistas, apresentado no apêndice, com 21 questões, foi elaborado com base na literatura revisada e em questões formuladas pelos autores, dividindo as perguntas em relação às três dimensões de análise. A formação universitária foi analisada em termos de generalismo, equilíbrio entre teoria e prática, experiência dos professores e adequação do ensino de contabilidade pública. O ingresso no setor público foi abordado a partir da experiência profissional anterior, fatores motivacionais para a escolha da carreira pública, necessidade de complementação dos estudos e adequação do processo seletivo. A atuação profissional foi analisada em termos de alinhamento entre formação e atuação, dificuldades na profissão e desafios futuros. As categorias analisadas surgiram, portanto, de uma síntese entre a questão de pesquisa, a revisão da literatura e a análise dos dados coletados.

Os achados da pesquisa revelaram que os contadores do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) percebem a sua formação universitária como generalista, com pouca ênfase em temas específicos da contabilidade e com carência de disciplinas práticas. A experiência profissional anterior, principalmente em escritórios de contabilidade, foi comum entre os entrevistados. Embora considerem o processo seletivo justo, a maioria relatou a necessidade de complementar os estudos da graduação para o ingresso no setor público, principalmente em cursos preparatórios para concursos. Na atuação profissional, observou-se um baixo alinhamento entre o conteúdo aprendido na graduação e o trabalho desenvolvido no IFSC, demandando atualização constante e desenvolvimento de novas habilidades.

4.1 Formação

Este tema aborda os principais aspectos da formação do contador, destacando a predominância de currículos generalistas, o desequilíbrio entre disciplinas teóricas e práticas e as lacunas apontadas por profissionais sobre a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos na graduação.

4.1.1 Formação Acadêmica Generalista ou Especialista

Para compreender qual o impacto da formação no processo de seleção, apresentou-se a seguinte pergunta: você considera sua formação acadêmica generalista ou especialista? A totalidade dos contadores entrevistados respondeu que a graduação se caracteriza, predominantemente, pela formação generalista, conforme ilustram os trechos abaixo:

[...] **bem generalista**, não te prepara exatamente para um cargo, mas dá uma ideia geral do que é a contabilidade [...] (Entrevistado 2).

[...] **foi generalista**, tanto que na época eu trabalhava em um escritório de contabilidade e muitas coisas não tinham na universidade, aprendi ali, no dia a dia mesmo, alguns colegas comentavam “isso aqui é para inglês ver”, mas é porque era a visão macro, no escritório era aquela coisa bem específica, então dava essa diferença (Entrevistado 3).

Mais genérica, a graduação não aprofundava, inclusive meio superficial em alguns assuntos que eu achava importantes, por exemplo, contabilidade pública, que eu queria aprender um pouco mais, foi muito superficial (Entrevistado 10).

A formação foi mais voltada para a contabilidade privada, contabilidade pública só tinha uma disciplina na minha formação, e muito por cima, muito genérico, **todas as disciplinas foram generalistas** (Entrevistado 15).

As respostas estão alinhadas com resultados de pesquisas que apontam para currículos predominantemente generalistas (Soares et al., 2012) com número reduzido de temas específicos da área contábil, e isso pode interferir nos resultados em processos seletivos no meio profissional, como os concursos públicos (Capacchi et al., 2007).

4.1.2 Equilíbrio entre Disciplinas Teóricas e Práticas

Nesta etapa da análise, que compõe a formação do contador, buscou-se identificar o alinhamento entre a formação teórico-prática e a atuação profissional, para tanto, utilizou-se a seguinte pergunta: houve equilíbrio entre disciplinas teóricas e práticas na graduação?

A carga horária das disciplinas teórico-práticas sugeridas nas edições da Matriz Curricular para os Cursos de Ciências Contábeis, publicada pelo CFC em parceria com a Fundação Brasileira de Contabilidade, aumentou de 420 horas-aula (edição 2008) para 480 horas-aula (edição 2017), o que demonstra o ganho de relevância no processo de formação. No entanto, há uma compreensão quanto ao descompasso da prática contábil acadêmica com a prática contábil mercadológica, bem como um entendimento de que o currículo de Ciências Contábeis precisa passar por uma atualização de conteúdos (Santana et al., 2021).

A Resolução CNE/CES n.º 10 (2004) prevê na formação prática o Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade. Destas, a prática em laboratório foi a mais citada pelos contadores. Para os entrevistados que efetuaram sua graduação em universidades públicas, a parte prática foi insuficiente, e a disciplina em laboratório não atendeu às expectativas, conforme relatos a seguir.

[...] **a única disciplina prática que a gente teve foi a de laboratório contábil, era bem defasada**, a gente ainda fazia confecção de slip, uma coisa antiga. Então a parte prática, praticamente, não existiu (Entrevistado 3).

Não foi equilibrado, bem pouca prática. **Tive prática em cálculo trabalhista, mais nada** (Entrevistado 14).

[...] senti falta da parte prática na parte tributária, **basicamente tinha uma disciplina que era laboratório, onde tinha um pouco mais de prática**, ainda assim as práticas eram voltadas para a parte de lançamentos contábeis, de folha de pagamento, como se fosse um laboratório de folha de pagamento, aí fazíamos lançamentos de salários, 13º, provisão, mas não tinha algo assim mais prático (Entrevistado 17).

Os contadores que efetuaram a graduação em universidades privadas ou comunitárias tiveram uma visão positiva do laboratório, conforme relatos.

[...] **tinha uma disciplina, que era de laboratório contábil, foi bem interessante**, porque ali a gente conseguia ver como era dentro de um escritório contábil [...] (Entrevistado 6).

Teve um equilíbrio, **tivemos aulas no laboratório de informática** onde a gente simulava operações contábeis, lançamentos contábeis, formulação do balanço, os livros contábeis, teve bastante coisa prática, essa foi uma parte da minha formação bem legal, **consequimos conciliar a teoria com a prática** (Entrevistado 15).

Essa diferença pode ser explicada pela facilidade das universidades privadas e comunitárias na modernização dos laboratórios, cuja atualização pode ocorrer com maior celeridade e recorrência, tornando a disciplina mais atrativa e dinâmica, sem enfrentar a burocracia da administração pública nos processos de aquisição e substituição de equipamentos e softwares, cujas normas estão dispostas na Lei n.º 8.666/93, conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Outro ponto destacado foi o impacto causado pela insuficiência de disciplinas práticas na atuação profissional. Esse descompasso entre a prática contábil acadêmica e o mundo do trabalho foi verificado nas respostas dos entrevistados.

[...] bem pouca prática. Eu senti bastante dificuldade quando fui para a vida profissional (Entrevistado 4).

[...] as disciplinas práticas são poucas, a [IES] não tem essa parte prática, é mais filosófica, teórica, esse sempre foi o questionamento de muitos colegas, então **a prática a gente tem que buscar**. Eu senti falta, com certeza (Entrevistado 9).

[...] senti falta de disciplinas mais práticas. Os meus professores entendiam que a prática da contabilidade seria no escritório, mas muitas vezes eu não estou me formando para trabalhar em escritório, estou me formando para ser um professor, ou uma outra área, área pública, contabilidade industrial. **Então faltou a prática e achei falho em relação a isso** (Entrevistado 10).

[...] eu acho que poderia ser mais equilibrado, tem várias questões práticas que não temos contato, como as entregas de declarações, obrigações acessórias, imposto de renda, mas lá na universidade a gente acaba não tendo contato com isso, e **quando a gente vai para o mercado de trabalho, aí sim que a gente precisa aprender por conta própria**, a universidade poderia entregar um pouco mais a parte prática [...] (Entrevistado 17).

Uma sugestão frequente para enfrentar esse problema seria a ampliação do estágio como forma de capacitar os universitários para o mercado de trabalho, colocá-los durante um período dentro de empresas para conhecerem na prática a profissão na qual estão se formando (Santana et al., 2021). Para confirmar esse entendimento, o Entrevistado 5 relata a experiência de não ter realizado estágio durante a graduação: “[...] eu senti bastante falta de fazer estágio durante minha graduação, eu sinto muita falta disso hoje no meu trabalho, de não ter tido essa experiência [...]”, ele acredita que isso poderia impactar positivamente a sua atuação profissional.

Os contadores, de forma geral, sentiram falta de disciplinas práticas na graduação e apontaram desequilíbrio entre disciplinas teóricas e práticas. Esses relatos estão alinhados tanto às recentes pesquisas (Cardoso et al., 2010; Marin et al., 2014; Oro et al., 2013; Laffin, 2015; Slomski et al., 2016), que evidenciaram o distanciamento entre o perfil de egresso desejado pelas Instituições de Ensino Superior e o esperado pelo mundo do trabalho, quanto aos antigos estudos, como o que propôs, em 1982, que os cursos de Ciências Contábeis deveriam aproximar o estudante da prática contábil (Machado, 1982). Talvez esse represente o mais antigo desafio do ensino de contabilidade.

4.1.3 Ensino de Contabilidade Pública

A disciplina de contabilidade pública foi o foco da última pergunta sobre a formação universitária dos contadores, cujo conteúdo se relaciona diretamente com a atuação do profissional nos órgãos públicos ao tratar do controle e transparência na utilização dos recursos públicos (STN,

2021). Portanto, para verificar a solidez da formação do entrevistado em contabilidade pública, foi apresentada a seguinte pergunta: você considerou a carga horária, a bibliografia, o método de ensino de contabilidade pública de maneira suficiente?

Frente a esse questionamento, uma parcela dos contadores considerou a formação insuficiente, com destaque para o caráter generalista: “Senti bastante falta de um aprofundamento maior, a disciplina não foi suficiente” (Entrevistado 14); necessidade de aumentar a quantidade de horas-aula: “Não foi suficiente, deveria ter uma carga horária maior, uma ou duas disciplinas a mais nessa área pública” (Entrevistado 15); e método de ensino inadequado: “Não, eu tive que correr atrás, na área de contabilidade pública. Acho que foi um pouco pobre, poderia ter sido um pouquinho mais avançado” (Entrevistado 16).

Em linha com os relatos anteriores, cabe destacar o entendimento de entrevistados, cujas respostas indicam o foco preferencial da graduação no setor privado: “[...] o foco estava totalmente na contabilidade privada” (Entrevistado 11); “Eu acredito que na graduação o enfoque era mais por uma contabilidade privada, embora hoje estejam muito mais convergentes a pública e a privada, mas na época que eu fiz a graduação o foco era mais privado” (Entrevistado 1).

Observa-se nas respostas um sentimento de distanciamento entre a formação universitária, especialmente na disciplina de contabilidade pública, e a atuação profissional. Uma interpretação possível para essa frustração de expectativa reside na intenção prévia desses entrevistados em trabalhar no setor público (Pavione et al., 2016) e buscar, sem êxito, na graduação a formação específica, pois os atuais programas de contabilidade favorecem disciplinas focadas no setor privado (Neves et al., 2022).

Apesar da insatisfação relatada, a disciplina de contabilidade pública tem ganhado importância nos currículos. Desde a primeira edição da Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, publicada em 2008, até a terceira versão publicada em 2017, a disciplina de contabilidade pública passou de 90 para 120 horas-aula.

Em contraposição, alguns contadores tiveram boas experiências com a disciplina durante a graduação. O relato a seguir ilustra a qualidade do método de ensino, com impactos na aplicabilidade prática e no embasamento teórico, com reflexos diretos no concurso público:

[...] **a parte da contabilidade pública eu achei boa.** A explicação da parte orçamentária, por exemplo, quando eu tive que me deparar com a prática aqui no IFSC ou antes, estudando para concurso, eu achei que o embasamento foi bom [...] (Entrevistado 9).

Os cursos de graduação em contabilidade, ao fortalecerem esses conhecimentos específicos, auxiliam os profissionais que desejam ingressar e atuar nos órgãos públicos, como exemplificado na resposta acima. Outro entrevistado destaca o professor e a qualidade do material bibliográfico utilizado:

[...] **tive um professor muito bom de contabilidade pública,** então o conteúdo dele era bem profundo, ele tinha um livro, que atualiza todos os anos, ele ainda é professor da universidade, e esse material dele era muito rico, então **o material era bom** [...] (Entrevistado 17).

A atualização constante do material, verificado como aspecto positivo nessa resposta, surge como ponto fundamental para o sucesso da disciplina, pois verifica-se num passado recente frequentes alterações nos documentos que norteiam a contabilidade pública, concretizadas nas sucessivas publicações das NBCASP e nas contínuas alterações do MCASP.

Os contadores apresentaram respostas divergentes sobre a formação em contabilidade pública, alguns relataram falta de aprofundamento e necessidade de maior carga horária, outros relataram experiências positivas, como bons professores e material atualizado. É certo, porém, que a contabilidade pública exerce um papel fundamental na formação do contador, pois contribui na transparência, na prestação de contas e na gestão eficiente dos recursos públicos.

4.2 Ingresso no Setor Público

No IFSC, os últimos editais para a seleção de contadores foram publicados nos anos de 2006, 2008, 2010, 2013 e 2015. Os editais dos anos de 2006 e 2008 são muito semelhantes e privilegiam aspectos da contabilidade geral e de custos, pouco voltados para os aspectos legais. Os editais dos anos de 2010, 2013 e 2015 abandonaram os conteúdos priorizados pelos editais anteriores, adicionaram conteúdo de contabilidade pública e acrescentaram principalmente leis, normas, instruções e orientações aos programas específicos.

As Resoluções do CFC, nas quais estão inseridas as NBCASP que estimulam a convergência às normas internacionais, foram inseridas nos programas de 2013 e 2015, e o MCASP, publicado desde 2009 pela STN, consta apenas no edital de 2015.

Observa-se que o foco do conteúdo específico para a seleção de contadores nos concursos públicos promovidos pelo IFSC migrou, a partir de 2010, da contabilidade geral e de custos para o conjunto de leis, normas, instruções e orientações, mantendo o conteúdo de contabilidade pública praticamente estável.

4.2.1 Experiências Profissionais Anteriores na Iniciativa Privada

A contabilidade pública se aproximou da contabilidade privada, motivada principalmente pela necessidade da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais. A implantação desse modelo proporcionou ganhos na qualidade da informação, maior atribuição de responsabilidade para os contadores, necessidade de educação continuada, intervenções em sistemas de Tecnologia da Informação (Xavier & Silva, 2017). Apesar da aproximação, as demandas laborais do serviço público permanecem diferentes das solicitadas por empresas privadas (Santos et al., 2015).

Compreender se a experiência profissional anterior dos entrevistados impacta no ingresso no setor público foi o objetivo da seguinte pergunta: “você trabalhou anteriormente na iniciativa privada?”. As respostas demonstram que a maior parte dos contadores possuía essa experiência profissional, principalmente em escritórios de contabilidade. Os contadores também indicaram que o trabalho na contabilidade privada proporcionou aprofundar os conhecimentos trazidos da graduação. O Entrevistado 6 destaca que utilizou o período de trabalho na contabilidade privada como forma de capacitação para concretizar o objetivo de trabalhar no setor público.

Trabalhei na iniciativa privada durante onze anos [...] foi uma experiência muito boa, numa empresa grande aqui de Santa Catarina, e trabalhei na área financeira dessa empresa, e **já estava voltado para minha escolha de fazer a graduação em contabilidade, porque eu já tinha esse interesse [...]** (Entrevistado 6).

Alguns entrevistados foram estagiários em escritórios de contabilidade durante a graduação e apenas dois entrevistados (11,8%) responderam não possuir experiência profissional antes de atuar no setor público, portanto, a maior parte dos entrevistados (88,2%) ingressou no IFSC com conhecimentos teóricos, trazidos da graduação, e práticos, adquiridos principalmente em escritórios de contabilidade.

Esse resultado supera a pesquisa realizada com contadores dos órgãos da administração direta e indireta do município de Belo Horizonte sobre experiência profissional anterior, em que 48,48% indicaram que haviam trabalhado na área de contabilidade da iniciativa privada antes de ingressarem no serviço público (Xavier & Silva, 2017) e demonstra que 88,2% dos entrevistados compensaram a carência de disciplinas práticas na graduação com atuação no mercado de trabalho, e isso tem impacto positivo no ingresso no setor público.

4.2.2 Conhecimento Adquirido na Graduação

Após a formação acadêmica, o contador deve se submeter ao Exame de Suficiência do CFC para obter o registro profissional e estar apto a exercer sua profissão, tanto na área pública quanto na privada. Adicionalmente, para o ingresso no setor público, conforme preveem a Constituição Federal de 1988 e a Lei n.º 8.112/1990, faz-se necessário nova aprovação em certames, que avaliam os conhecimentos dos candidatos.

Para compreender se os currículos atendem ao conhecimento demandado dos candidatos aos cargos públicos, fez-se a seguinte pergunta: o conhecimento adquirido na graduação foi suficiente para conseguir a vaga no serviço público? Todos os contadores relataram a necessidade de avançar nos estudos. O complemento nos estudos se deve, em parte, aos conteúdos específicos cobrados nos editais dos diferentes órgãos, mas também às particularidades nas disciplinas que constam nos currículos dos cursos de graduação, conforme relata o Entrevistado 17.

Eu precisei complementar, até porque normalmente **os concursos possuem conteúdos específicos**, como as leis, tem as particularidades institucionais, em relação à contabilidade pública, caíram algumas coisas que eu não tinha domínio, conhecimento, algumas particularidades. Então tive que complementar sim (Entrevistado 17).

Diversos entrevistados também relataram a necessidade de complementar os conhecimentos com cursos preparatórios, voltados especificamente para concursos públicos. Esses cursos apresentam variado leque de possibilidades: os estudantes podem optar em assistir apenas às aulas de matérias específicas (como português, informática, exatas ou direito), ou também realizar cursos extensivos ao longo de um ano, sejam eles voltados apenas para um concurso em especial, ou para matérias consideradas como base para todos os concursos (Albrecht, 2010).

Os contadores, de maneira unânime, confirmaram a necessidade de complementar os estudos da graduação para o ingresso no setor público. Essa necessidade vem principalmente das particularidades trazidas nos editais dos diferentes órgãos públicos, como leis específicas, mas também é relevante a necessidade de complementar disciplinas que constam nos currículos dos cursos de graduação, como a contabilidade pública.

4.3 Atuação

As atribuições dos contadores diferem entre os órgãos públicos. O contador normalmente se dedica a atividades ligadas à contabilidade do órgão (lançamentos, perícias, conciliações), à gestão financeira (gestão de pagamentos e recebimentos) e à gestão orçamentária (elaboração de orçamentos).

4.3.1 Alinhamento entre Graduação e Atuação

O conhecimento adquirido na graduação é parte importante da atuação do contador e, para verificar se os currículos atendem ao conhecimento demandado, fez-se a seguinte pergunta: há alinhamento entre o conteúdo aprendido na graduação e o trabalho desenvolvido na instituição?

Observa-se, na parte prática, baixo ou inexistente alinhamento entre a atuação do contador com o que é aprendido durante a graduação. Esses resultados estão alinhados aos apresentados no item “equilíbrio entre disciplinas teóricas e prática” em que os contadores também relataram sentir falta de disciplinas práticas na graduação, situação verificada em recentes pesquisas (Cardoso et al., 2010; Marin et al., 2014; Oro et al., 2013; Laffin, 2015; Slomski et al., 2016) com impactos na atuação.

Alguns contadores sugerem a inclusão de laboratórios de contabilidade pública ou estágios em órgãos públicos como forma de suprir essa carência nos currículos. Essa possibilidade está alinhada ao trabalho de Santana et al. (2021) que sugere a ampliação do investimento no estágio

como forma de capacitar os universitários para o mercado de trabalho, colocá-los durante um período dentro de empresas real para conhecerem na prática a profissão na qual estão se formando.

Outro ponto importante, citado por diversos contadores, é a necessidade de atualização constante, frente às mudanças observadas na contabilidade pública, para exercer suas atribuições profissionais. Essa necessidade está presente na pesquisa de Xavier e Silva (2017), na qual se identificou grande necessidade de educação continuada por parte dos contabilistas na atuação profissional.

A educação continuada é obrigatória para contadores inscritos no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI), registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), inscritos no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPB), no entanto, para os contadores que exercem suas atividades nos demais órgãos públicos, não há obrigatoriedade. Portanto, a implantação da Educação Profissional Continuada, regulamentada pelo CFC, surge como alternativa para a necessidade frequente de atualização.

4.3.2 Alinhamento entre Concurso Público e Atuação

O concurso público busca alinhar os conhecimentos demandados nos editais com as necessidades dos órgãos públicos. Os editais de concurso especificam as qualificações e as habilidades necessárias para os cargos disponíveis, e os candidatos precisam comprovar que possuem essas qualificações por meio de provas e avaliações. Verificar se as questões aplicadas nas provas estão relacionadas com a atuação do contador foi o objetivo da pergunta: “o que foi cobrado no concurso público está alinhado ao trabalho efetuado?”. Uma parte dos entrevistados entende que existe um alinhamento adequado:

Acredito que sim, mas faz um tempo que fiz a prova, mas pelo que eu lembro foi. **Por experiências de outras provas, acredito que no IFSC ficou mais perto do que é cobrado na prova e a atuação aqui dentro** (Entrevistado 9).

Para alguns entrevistados, houve alinhamento parcial entre as questões respondidas no concurso público e sua atuação no órgão. Portanto, a atuação demanda conhecimentos complementares aos cobrados nas provas que serão aprimorados no exercício da profissão.

O Entrevistado 17 destacou o alinhamento entre os conteúdos previstos no edital e a atuação no órgão. No entanto, a prova possui uma limitação no número de questões e pode contemplar temas diversos que estarão ou não alinhados, dependendo de qual atividade o contador irá desenvolver:

Se considerar o conteúdo programático da prova sim, porque a gente aplica as legislações que estavam dispostas, **se olhar apenas as questões, poucas se aplicam no dia a dia**, eram 20 questões específicas, mas tem coisas que a gente não faz, por exemplo, há uma questão da parte patrimonial, hoje eu não atuo na parte patrimonial, tem colegas que atuam [...] (Entrevistado 17).

De maneira geral, os contadores relataram um nível de alinhamento parcial entre os conhecimentos demandados no concurso público e as atividades desenvolvidas no IFSC, principalmente nos assuntos ligados à contabilidade pública e às legislações. No entanto, há necessidade de aprofundar os conhecimentos nesse período pós-concurso, pois serão demandados conhecimentos diferentes dos contadores, a depender do local de exercício da profissão.

5 CONCLUSÃO

Analisar a relação entre a formação universitária, o processo de seleção para ingresso no serviço público e a atuação profissional de contadores foi o objetivo principal deste estudo. Para

atingir esse objetivo, foram elaboradas 21 perguntas, distribuídas em três dimensões de análise: formação universitária, processo de seleção e atuação profissional. As entrevistas foram realizadas com 17 contadores que atuam no IFSC. Ao longo do capítulo anterior foram discutidos diversos resultados que possibilitaram aprofundar o tema.

Foi possível verificar que a formação dos contadores se deu em universidades percebidas pelos entrevistados como detentoras de currículos generalistas, com poucos temas específicos da área contábil e reduzido número de disciplinas práticas. Quanto à disciplina de contabilidade pública, uma parte dos contadores sentiu falta de aprofundamento e necessidade de maior carga horária. A insuficiência de disciplinas práticas durante a graduação foi outro ponto destacado pelos entrevistados. Assim, os relatos colhidos demonstraram lacunas que implicam necessidade de complementar os conhecimentos teóricos e experiências práticas durante a graduação.

A maioria dos entrevistados iniciou sua vida profissional na iniciativa privada e migrou posteriormente para o setor público, atraídos principalmente pela estabilidade e após vivenciarem uma série de dificuldades, como a falta de valorização e a pressão excessiva por resultados. Após tomada a decisão de trabalhar em órgão públicos, como forma de preparação e ganho de experiência, os entrevistados participaram de diversos concursos antes de ingressarem no IFSC e, após o ingresso, verificou-se que os contadores mantêm aberta a possibilidade de prestar novos concursos públicos como uma estratégia no planejamento de evolução de suas carreiras.

O processo de seleção do IFSC foi considerado adequado pelos entrevistados, embora eles citem a possibilidade de incluir outros critérios no certame, principalmente a experiência prática do contador. A inclusão dessa forma avaliativa, que emula contextos análogos aos que o contador enfrentará na carreira, pode contribuir para um processo de seleção mais adequado. Em relação aos conhecimentos requeridos na prova, de maneira unânime, os contadores confirmaram a necessidade de complementar os estudos da graduação em disciplinas que compõem os currículos do curso de contabilidade, especialmente a contabilidade pública.

Ao desempenharem suas atividades na instituição, os contadores relataram alinhamento baixo ou inexistente entre a atuação do contador e os conhecimentos aprendidos durante a graduação e também um nível de alinhamento parcial entre os conhecimentos demandados no concurso público e as atividades desenvolvidas no IFSC. Esse desalinhamento é consequência direta das frequentes atualizações nas leis, normas, instruções e orientações que regem a contabilidade pública, impondo aos contadores a necessidade constante de atualização e, por conseguinte, a educação continuada. Diante dessa necessidade, a Norma Brasileira de Contabilidade NBC PG 12 (Conselho Federal de Contabilidade, 2014), que trata da Educação Profissional Continuada para determinadas atividades contábeis, poderia incluir os que exercem suas atividades nos órgãos públicos.

Durante o exercício da profissão, foi possível identificar dificuldades vivenciadas pelos contadores do IFSC, entre as quais destacam-se a preocupação com a segurança jurídica na atuação, a falta de apoio nas interpretações de leis, a necessidade constante de atualização, a sobrecarga de trabalho, a comunicação interna e externa deficientes e a falta de padronização das atividades e processos. Ainda, os contadores citaram que os salários auferidos são desproporcionais às responsabilidades, o que está alinhado com as pesquisas recentes (Marques et al., 2020; Corrêa et al., 2020). Esses problemas, observados no decorrer da carreira profissional, impactam na motivação dos entrevistados.

As dificuldades enfrentadas pelos contadores no setor público demandam ações conjuntas para sua superação. Seria importante investir em uma formação acadêmica mais alinhada às demandas do mercado, com maior ênfase em disciplinas práticas e no domínio de tecnologias. Os órgãos públicos, por sua vez, poderiam priorizar a valorização do profissional, oferecendo melhores condições de trabalho, salários justos e programas de capacitação continuada. Os contadores, finalmente, poderiam se comprometer com a atualização permanente, buscando conhecimentos

multidisciplinares e desenvolvendo habilidades que garantam sua relevância no mercado em constante transformação.

Ao projetarem o futuro da contabilidade pública, os entrevistados observaram que a demanda por conhecimentos e habilidades em áreas da tecnologia da informação tende a se aprofundar. A automatização de atividades rotineiras promovidas pela integração de sistemas e demais avanços tecnológicos, conforme relato dos contadores, poderão alterar substancialmente a atuação profissional, com a migração para atividades de análises de dados e aspectos gerenciais do órgão.

Finalmente, ficou demonstrado que a formação, o ingresso e a atuação do contador podem ser representados como um processo, com etapas que se sucedem. São, portanto, dependentes e, ao serem analisadas conjuntamente, revelam lacunas em sua estrutura. A insuficiente formação dos contadores em disciplinas específicas e práticas impuseram, aos entrevistados, a necessidade de eles frequentarem cursos preparatórios para obterem sucesso nos processos de ingresso. Os conteúdos solicitados nesses certames em conjunto com os conhecimentos adquiridos na graduação, por sua vez, estão distantes das atividades desenvolvidas nos órgãos. Portanto, impõe-se o desafio de alinhar esse processo.

Diante do exposto, sugere-se que os currículos das universidades se aprofundem em disciplinas como a contabilidade pública e estimulem o contato dos estudantes com a prática profissional durante a graduação. Recomenda-se aos órgãos públicos, também, a promoção de certames com questões relacionadas com as atribuições a serem desempenhadas. Aconselha-se à gestão dos órgãos que possibilitem capacitações para que o servidor se mantenha atualizado e tenha suporte para superar as dificuldades impostas pela profissão. Enfim, aos contadores, orienta-se, antes de ingressar no setor público, que aproveitem as oportunidades da graduação e vivenciem diferentes experiências práticas e, após ingressar na vida profissional, eles devem manter os estudos para evoluir na carreira.

São limitações desta pesquisa o fato de ser utilizado como amostra contadores de apenas uma instituição, o IFSC, e não ter ampliado a pesquisa para outros órgãos que disponham de contadores entre os seus servidores, podendo existir outras percepções que não foram tratadas aqui e que poderiam contribuir nos resultados.

Como sugestão para trabalhos futuros, recomenda-se a replicação da pesquisa com contadores da administração direta em contraposição com as autarquias. Outra possibilidade seria aplicar esta pesquisa nas universidades estaduais, a fim de comparar os resultados encontrados, posto que seguem legislações diferentes. Finalmente, sugere-se comparar a percepção de contadores que atuam nas atividades-fim de órgãos públicos, com contadores que atuam nas atividades-meio, como no caso do IFSC.

REFERÊNCIAS

- Albrecht, P. A. T. (2010). *Sentidos do trabalho para concurseiros: A busca do emprego estável como estratégia de inserção no mundo do trabalho contemporâneo*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94464/276936.pdf>
- Amaral, E., Roncalio, M. P., & Alberton, L. (2013). Adoção do enfoque patrimonial, previsto nas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, em municípios de Santa Catarina. *Gestão Contemporânea*, 1(13), 181-202.
- Andrade, G. A. de S., et al. (2019, outubro). *Educação contábil: Uma revisão sistemática da literatura* [Apresentação de Trabalho]. XLIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, São Paulo, SP, Brasil.

- Araujo, A. L. G., Oliveira, K. P., & Cardoso, G. A. (2020). A culpa é da indústria concursista? Reflexões sobre o concurso público. *Revista Digital de Direito Administrativo*, 7(2), 128–146. <https://doi.org/10.11606/issn.2319-0558.v7i2p128-146>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Capacchi, M., Moretto, C. F., Vancin, V., & Padilha, F. A. R. (2007). *A prática do ensino contábil no Estado do Rio Grande do Sul: uma análise da grade curricular frente às exigências legais e necessidades acadêmicas* [Apresentação de Trabalho]. I Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Gramado, RS, Brasil.
- Cardoso, R. L., Mendonça Neto, O. R., & Oyadomari, J. C. (2010). Os estudos internacionais de competências e os conhecimentos, habilidades e atitudes do contador gerencial brasileiro: Análises e reflexões. *Brazilian Business Review*, 7(3), 91–113. <https://doi.org/10.15728/bbr.2010.7.3.5>
- Carneiro, A. F., & Silva Neto, J. M. (2015). Competências essenciais dos profissionais contábeis em face da nova contabilidade pública sob a perspectiva dos contadores de Rondônia. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 5(3), 100–122. <https://doi.org/10.18028/rgfc.v5i3.959>
- Carneiro, J. D., et al. (Coord.). (2008). *Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em ciências contábeis* (1ª ed.). Fundação Brasileira de Contabilidade. https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/0_Proposta_Nacional_de_Conteudo.pdf
- Carneiro, J. D., et al. (Coord.). (2009). *Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em ciências contábeis* (2ª ed. rev. e atual.). Fundação Brasileira de Contabilidade. https://portalteste.cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/1_proposta.pdf
- Carneiro, J. D., et al. (Coord.). (2017). *Matriz curricular para cursos de ciências contábeis: uma proposta da Fundação Brasileira de Contabilidade* (1ª ed.). Fundação Brasileira de Contabilidade. <https://www.fbc.org.br/wp-content/uploads/2017/12/LivroMatrizCurricularparaCursosdeCienciasContabeis.pdf>
- Carrozzo, N. F. T. S., Slomski, V. G., Slomski, V., & Peleias, I. R. (2020). Reflexividade do exame de suficiência frente ao estabelecido pelo currículo mundial ONU/UNCTAD/ISAR e a eixos de competências requeridas dos profissionais da área contábil. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 17(45), 82-99. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2020v17n45p82>
- Coelho, F. S., & Menon, I. O. (2018). A quantas anda a gestão de recursos humanos no setor público brasileiro? Um ensaio a partir das (dis)funções do processo de recrutamento e seleção – os concursos públicos. *Revista do Serviço Público*, 69 (Edição Especial), 151-180. <https://doi.org/10.21874/rsp.v69i0.3497>
- Conselho Federal de Contabilidade. (2014). *Norma Brasileira de Contabilidade (NBC PG 12): Educação profissional continuada*. Brasília, DF: CFC.
- Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília, DF: Presidência da República. <https://www.planalto.gov.br>

- Corrêa, I., Camões, M., Meyer-Sahling, J., Mikkelsen, K., & Schuster, C. (2020). Distorções de incentivo ao desempenho e redução de motivação no serviço público federal no Brasil. *Revista do Serviço Público*, 71(3), 476-503. <https://doi.org/10.21874/rsp.v71i3.3408>
- Costa, A. J. B., Nunes, M. V., & Almeida, A. P. (2016). A aplicação do manual de contabilidade aplicado ao setor público em municípios brasileiros: O caso do município de Cristópolis no estado da Bahia. *Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI – GeCont*, 3(2), 3-18. <https://revistas.ufpi.br/index.php/gecont/article/viewFile/4249/3252>
- Decreto-Lei n.º 7.988, de 22 de setembro de 1945(1945). Diário Oficial da União.
- Di Pietro, M. S. Z. (2022). *Direito Administrativo* (35ª ed.). Forense.
- Filardi, F., Castro, R. M. P., & Zanini, M. T. F. (2020). Vantagens e desvantagens do teletrabalho na administração pública: Análise das experiências do Serpro e da Receita Federal. *Cadernos EBAPE.BR*, 18(1), 28-46. <https://doi.org/10.1590/1679-395174605>
- Freire, F. de S., Nóbrega, T. C. da, Marques, M. de M., & Pereira, E. M. (2012). Um estudo das exigências programáticas em Contabilidade Pública nos concursos públicos organizados pelo CESPE. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 6(4). <https://doi.org/10.17524/repec.v6i4.380>
- Galvão, N. M. S., Santos, L. M. J., Santos, D. F., & Santos, C. A. (2020). Influência de avaliações como ENADE, exame de suficiência e concursos públicos na prática docente em contabilidade. *Competência*, 13(1), 68–86. <https://doi.org/10.24936/2177-4986.v13n1.2020.724>
- Gibbs, G. (2009). *Análise de dados qualitativos: coleção pesquisa qualitativa*. Bookman Editora.
- Gomide, A., da Silva Lins, R., & Machado, R. A. (2021). Burocracia e desempenho da administração pública: Em busca de teorias e evidências para reformas administrativas em países em desenvolvimento. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 26(84). <https://doi.org/10.12660/cgpc.v26n84.83067>
- Hau, F., & Todescat, M. (2018). O teletrabalho na percepção dos teletrabalhadores e seus gestores: vantagens e desvantagens em um estudo de caso. *Navus-Revista de Gestão e Tecnologia*, 8(3), 37–52. <https://doi.org/10.22279/navus.2018.v8n3.p37-52.601>
- Heissler, I. P., Vendruscolo, M. I., & Sallaberry, J. D. (2018). A evolução da contabilidade ao longo da história do Brasil. *Revista de Administração e Contabilidade – RAC*, 17(34), 4–25. https://www.researchgate.net/profile/jonatas-sallaberry/publication/366996710_a_evolucao_da_contabilidade_ao_longo_da_historia_do_brasil_the_evolution_of_accounting_throughout_brazil's_history/links/63bd905ec3c99660ebe436f3/a-evolucao-da-contabilidade-ao-longo-da-historia-do-brasil-the-evolution-of-accounting-throughout-brazils-history.pdf
- Laffin, M. (2001). O professor de contabilidade no contexto de novas exigências. *Contabilidade Vista & Revista*, 12(1), 57–78. <https://www.redalyc.org/pdf/1970/197018322004.pdf>

- Laffin, M. (2015). Graduação em ciências contábeis e ênfase nas competências: Contribuições ao debate. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 23(78), 1-30. <https://doi.org/10.14507/epaa.v23.1844>
- Lara, L. D., & Pereira, E. M. (2018). Concurso público para bacharéis em Ciências Contábeis no Brasil: uma análise das provas à luz da Taxonomia de Bloom. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 12(1), 93–115. <https://doi.org/10.9771/rc-ufba.v12i1.20593>
- Lay, L. A., Bambino, A. C., de Jesus Silva, T. B., & Klann, R. C. (2016). Nível de similaridade dos currículos dos cursos de ciências contábeis de instituições catarinenses em relação ao currículo mundial proposto pelo ISAR/UNCTAD/ONU. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 4(2), 68–81. <http://dx.doi.org/10.18405/recfin20160205>
- Lei Complementar n.º 4.320, de 17 de março de 1964 (1964). Diário Oficial da União.
- Lima Filho, R. N., & Jesus, D. A. N. (2013). Nível de aprendizagem no ensino de contabilidade: Um modelo de diagnóstico a partir da taxonomia revisada de Bloom. *Revista de Administração e Contabilidade da FAT*, 5(3), 77–99. <https://doi.org/10.9771/rcufba.v7i3.7097>
- Machado, N. (1982). *O ensino de contabilidade nos cursos de ciências contábeis na cidade de São Paulo*. [Dissertação de mestrado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas]. <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/d25ba009-b9db-41db-b25e-8b74b190af58/content>
- Madeira, G. J. (1996). O currículo pleno do curso de Ciências Contábeis a partir da Resolução 03/92. *Contabilidade Vista & Revista*, 7(2), 40–48. <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/78>
- Marin, T. I. S., Lima, S. J., & Nova, S. P. C. C. (2014). Formação do contador – o que o mercado quer, é o que ele tem? Um estudo sobre o perfil profissional dos alunos de ciências contábeis da FEA-USP. *Contabilidade Vista & Revista*, 25(2), 59–83. http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/1532/pdf_77
- Marques, L. R., Bezerra Filho, J. E., & Caldas, O. V. (2020). Contabilidade e auditoria interna no setor público brasileiro: Percepção dos contadores públicos frente à convergência para as IPSAS/IFAC. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 14(1), 1–12. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2020.161973>
- Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2016). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas* (3ª ed.). Atlas.
- Moraes, L. L., & Coelho, F. S. (2018). (Des)integração entre os subsistemas de ingresso no serviço público: Análise de uma carreira do ciclo de gestão. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 23(75), 284–308. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v23n75.76877>
- Morás, V. R., & Klann, R. C. (2018). Percepção dos contadores públicos do Estado de Santa Catarina em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 15(36), 49–76. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n36p49>

- Neves, F. R., de Aquino, A. C. B., & da Silva, P. B. (2022). New development: The challenges of public sector accounting education in business schools. *Public Money & Management*, 42(7), 569–572. <https://doi.org/10.1080/09540962.2022.2066820>
- Nóbrega, T. C., Freire, F. S., Pereira, E. M., & Marques, M. M. (2011, julho). *O que se exige na área de contabilidade pública em concurso público?* [Apresentação de trabalho]. 11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo, SP, Brasil.
- Oliveira, R. H. R., & Teixeira, A. A. (2021). A formação em ciências contábeis e o mercado de trabalho na percepção dos alunos. *Pensar Contábil*, 23(81), 4–13. <http://www.spell.org.br/documentos/ver/64343/a-formacao-em-ciencias-contabeis-e-o-mercado-de-trabalho-na-percepcao-dos-alunos-/i/pt-br>
- Oro, I. M., Beuren, I. M., & Carpes, A. M. S. (2013). Competências e habilidades exigidas do controller e a proposição para sua formação acadêmica. *Contabilidade Vista & Revista*, 24(1), 15–36. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=197030928002>
- Parecer CFE n.º 397/1962 (1962). Divide os cursos de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Ciências Atuariais nos ciclos básicos e de formação profissional. Documenta Rio de Janeiro, Guanabara, 11, janeiro-fevereiro.
- Pavione, C. S. S. N., Avelino, B. C., & Francisco, J. R. S. (2016). Fatores que influenciam o processo de ensino-aprendizagem sob a perspectiva de estudantes do curso de ciências contábeis: Análise em uma instituição de ensino superior de Minas Gerais. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 10(2), 196–219. <https://doi.org/10.17524/repec.v10i2.1371>
- Peleias, I. R., Nunes, C. A., & Carvalho, R. F. (2017). Fatores determinantes na escolha do curso de ciências contábeis por estudantes de instituições de ensino superior particulares na cidade de São Paulo. *Revista Gestão Universitária na América Latina*, 10(3), 39–58. <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2017v10n3p39>
- Phillipson, S., & Renshaw, P. D. (2013). Constructing educational achievement within a sociocultural framework of planes. In *Constructing Educational Achievement* (pp. 3–9). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203559024>
- Resolução CNE/CES n.º 10, de 16 de dezembro de 2004 (2004). Diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis. <http://portal.mec.gov.br>
- Resolução n.º 3, de 1992 (1992). Brasília, DF: Conselho Federal de Educação.
- Rezende, T. G. D., Carvalho, M. D. S., & Bufoni, A. L. (2017). Estudo comparativo entre o currículo mundial e os currículos dos cursos de ciências contábeis em IES federais do estado do Rio de Janeiro. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 12(3), 88–105. https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v12i3.14167
- Ribeiro, B. M. dos S. S., Robazzi, M. L. do C. C., & Dalri, R. de C. de M. B. (2021). Saúde mental e teletrabalhadores: Revisão integrativa. *Revista Saúde e Meio Ambiente*, 12(2), 127–147. <https://periodicos.ufms.br/index.php/sameamb/article/view/12890>

- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. P. B. (2013). *Metodologia de pesquisa* (5ª ed.). Penso.
- Santana Júnior, J. J. B., Pereira, D. M. V. G., & Lopes, J. E. G. (2008). Análise das habilidades cognitivas requeridas dos candidatos ao cargo de contador na administração pública federal, utilizando-se indicadores fundamentados na visão da taxonomia de Bloom. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(46), 108–121. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772008000100009>
- Santana, F. B., Araujo Sales, J. D., Cornélio, E. D. A., & do Nascimento, E. A. (2021). Uma análise da percepção acadêmica de Ciências Contábeis sobre o estágio supervisionado frente a inserção mercadológica. *Revista Eniac Pesquisa*, 10(1), 39–58. <https://doi.org/10.22567/rep.v10i1.768>
- Santos, M. S. C. D., Brandão, L. E. T., & Maia, V. M. (2015). Decisão de escolha de carreira no Brasil: Uma abordagem por opções reais. *RAUSP Management Journal*, 50(2), 141–152. <https://doi.org/10.5700/rausp1190>
- Sayed, S., Kussaba, C., & Duarte, S. L. (2017). A Lei das Sociedades Anônimas e o processo de convergência para os padrões internacionais contados pela história oral e de vida. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 7(1), 252–270. <https://doi.org/10.18028/rgfc.v7i1.2820>
- Schikmann, R. (2010). Gestão estratégica de pessoas: bases para a concepção do curso de especialização em gestão de pessoas no serviço público. *Gestão de pessoas: bases teóricas e experiências no setor público. Brasília: ENAP*, 11–28. <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/514>
- Secretaria do Tesouro Nacional [STN] (2021). *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)* (9ª ed.). STN.
- Silva, M. A. D., & Quillici Neto, A. (2018). O currículo do curso de ciências contábeis no Brasil e em Portugal: aproximações e distanciamentos. *Revista brasileira de história da educação*, 18, e005. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v18.2018.e005>
- Silva, P. B. da, Offrede, V. T., & Teixeira, R. de C. V. (2012). Percepção sobre o ensino da disciplina de Contabilidade Pública: Um estudo em uma IES particular no Estado do Rio de Janeiro. In *9º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*, São Paulo, SP. *Anais [...]*. São Paulo.
- Silva, V. R., Miranda, G. J., & Pereira, J. M. (2017). ENADE e proposta curricular do CFC: Um estudo em cursos brasileiros de ciências contábeis. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 11(3), 261–275. <https://doi.org/10.17524/repec.v11i3.1479>
- Slomski, V. G., Nascimento, T. S. C., Slomski, V., Mello, G. R., & Carrozzo, N. F. T. S. (2021). Competências gerenciais observadas e esperadas do gestor público por concluintes de contabilidade. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 15(1), 1–22. <https://doi.org/10.9771/rcufba.v15i0.43254>

Slomski, V. G., Pereira, A. C., Souza, L. R. S., & Silva, A. C. R. (2016). *Práticas de gestão da coordenação diante das reformas curriculares e do perfil de competências necessárias aos concluintes do curso de ciências contábeis*. [Apresentação de trabalho]. X Congresso AN-PCONT, Ribeirão Preto, SP, Brasil.

Soares, S. V., Borgert, A., Pfitscher, E. D., & Will, A. R. (2012). O currículo dos cursos de ciências contábeis das universidades federais da região sul do Brasil: Formação especialista ou generalista? *Enfoque: Reflexão Contábil*, 31(2), 7-22. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v31i2.13997>

Soares, S. V., Richartz, F., de Lima Voss, B., & de Freitas, C. L. (2011). Evolução do currículo de Contabilidade no Brasil desde 1809. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 10(30), 27-42. <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v10n30p27-42>

Xavier, M. C., & Silva, F. D. A. (2017). Implantação da Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público: os Impactos, Mudanças e Ganhos Observados Pelos Profissionais da Contabilidade da Administração Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte-MG. In *Anais do XI Congresso de iniciação científica em contabilidade-USP*.

APÊNDICE

Roteiro de Entrevistas

Dimensão de Análise	Perguntas Formação do Contador	Objetivo	Fundamentação
Formação Universitária	Qual instituição se formou?	Caracterizar a amostra ao identificar a universidade e o currículo aplicado.	Autoria própria
	Qual o ano de formatura?		
	A graduação foi realizada presencialmente ou a distância (EaD)?	Comparar a influência das modalidades de ensino no processo seletivo e atuação.	Lima Filho e Jesus (2013)
	Iniciou ou finalizou alguma graduação antes da contabilidade?	Verificar o conhecimento prévio do contador.	Oliveira e Teixeira (2021)
	Considera sua formação acadêmica generalista ou especialista?	Entender o impacto da formação generalista ou especialista no processo seletivo e atuação.	Capacchi et al. (2007) e Soares et al. (2012)
	Houve equilíbrio entre disciplinas teóricas e práticas na graduação?	Conferir o alinhamento entre formação e atuação.	Santana et al. (2021)
	Considera que seus professores possuíam experiência prática (especialmente em contabilidade pública)?	Conhecer o impacto do perfil dos professores sobre a formação acadêmica.	Silva, Miranda e Pereira (2017)
Processo de Seleção	Considerou a carga horária, bibliografia, método de ensino de Contabilidade Pública suficiente?	Verificar se a formação acadêmica foi suficiente para o ingresso e atuação no setor público.	Rezende et al. (2017) e Carneiro et al. (2008; 2009; 2017)
	Esse foi o seu primeiro concurso público? Descreva os concursos realizados.	Compreender o esforço pessoal investido no processo de seleção.	Coelho e Menon (2018)
	Trabalhou anteriormente na iniciativa privada?	Compreender se a experiência profissional anterior impacta no ingresso.	Santos et al. (2015) e Xavier e Silva (2017)

	Quais fatores influenciaram sua decisão de prestar concurso público?	Identificar os fatores que direcionam a escolha da carreira para o setor público.	Peleias et al. (2017) e Santos et al. (2015)
	O conhecimento adquirido na graduação foi suficiente para conseguir a vaga no serviço público?	Entender se os currículos atendem ao conhecimento demandado dos candidatos aos cargos públicos.	Nóbrega et al. (2011)
	Você considera o processo de seleção para ingresso no serviço público adequado?	Conhecer a percepção dos contadores sobre o processo de ingresso.	Coelho e Menon (2018), Moraes e Coelho (2018) e Nóbrega et al. (2011)
	Foi necessário deslocamento (alterar o local de residência) para assumir o cargo?	Compreender o esforço pessoal investido para atuar no órgão.	Autoria própria
	Pretende voltar a fazer novos concursos?	Verificar a disposição dos contadores em enfrentar novos desafios e progredir na carreira.	Albrecht (2010)
Atuação Profissional	Há alinhamento entre o conteúdo aprendido na graduação e o trabalho desenvolvido na instituição?	Verificar se os currículos atendem ao conhecimento demandado dos contadores.	Cardoso et al. (2010), Marin et al. (2014), Oro et al. (2013), Laffin (2015), Slomski et al. (2016) e Machado (1982)
	O que foi cobrado no concurso público está alinhado ao trabalho efetuado?	Verificar se as questões aplicadas nas provas estão alinhadas com a atuação do contador.	Autoria própria
	Quais as principais dificuldades no exercício da profissão?	Identificar as demandas profissionais atuais exigidas dos contadores.	Xavier e Silva (2017), Amaral et al. (2013) e Costa et al. (2016)
	Quais os principais desafios futuros?	Descrever os desafios futuros impostos aos contadores.	Santana Junior et al. (2008)
	Qual o impacto do <i>home office</i> na sua atuação?	Compreender os impactos no desenvolvimento e relações profissionais ao executar atividades em ambiente remoto.	Ribeiro et al. (2021), Filardi et al. (2020)
	Olhando a tua carreira, qual o conselho que você daria antes de fazer contabilidade e concurso público?	Verificar a satisfação dos entrevistados com sua trajetória.	Autoria própria

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores afirmam não haver conflito de interesses com relação a este trabalho submetido

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Funções	1º autor	2º autor	3ª autora	4º autor	5ª autora
Conceituação	♦	♦	♦	♦	♦
Curadoria de dados	♦	♦			
Análise Formal	♦	♦	♦	♦	♦
Obtenção de financiamento	♦	♦	♦		♦
Investigação	♦	♦	♦	♦	♦
Metodologia	♦	♦	♦	♦	♦
Administração do projeto		♦			
Recursos	♦	♦	♦	♦	♦



Software	◆	◆	◆	◆	◆
Supervisão		◆			
Validação	◆	◆	◆	◆	◆
Visualização	◆	◆	◆	◆	◆
Escrita – primeira redação	◆	◆	◆	◆	
Escrita – revisão e edição	◆	◆	◆	◆	◆